



**E DEPOIS DA CONQUISTA DA CASA, ONDE MORA O
DIREITO À CIDADE?**

**Gustavo Almeida Matos
Débora de Barros Cavalcanti Fonseca**

FÓRUM MALOCA

PELAS CALÇADAS SEM ARQUITETO

ORGANIZAÇÃO



APOIO



UNCISAL
Universidade Estadual de
Ciências da Saúde de Alagoas
Centro de Tecnologia

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

INTRODUÇÃO

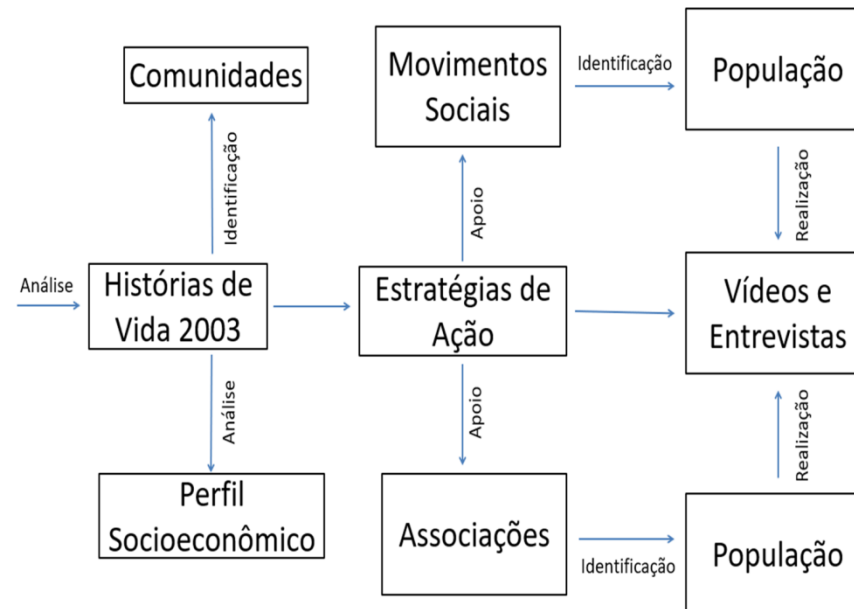
- ✓ O artigo é uma análise do Direito á cidade, fundamentado em um estudo temporal do cotidiano de moradores de assentamentos após a conquista da moradia e baseado na tese de doutorado desenvolvida em 2003 pela professora orientadora Débora de Barros Fonseca Cavalcanti.
- ✓ A proposta do artigo é identificar os problemas sociais que se mantinham no cotidiano das pessoas após 16 anos e entender como a conquista da casa influência na garantia de direitos
- ✓ As análises dos conhecimentos obtidos foram baseadas nas vidas das pessoas durante esse momento histórico de nosso país que perdurou entre os 15 anos passados da execução das entrevistas.

OBJETIVOS

- ✓ Analisar se os direitos garantidos a todos cidadãos pela constituição estão sendo respeitados após a conquista da casa e se o estado está cumprindo com suas obrigações para garantir qualidade de vida e justiça social
- ✓ Levantar as características sociais, econômicas, culturais e espaciais dos locais, através das entrevistas realizadas e inseridas no artigo.
- ✓ Entender como as mudanças políticas afetaram a vida das pessoas no decorrer de 16 anos.
- ✓ Realizar uma crítica sobre a realidade das pessoas que vivem em assentamentos precários na cidade de Maceió

MATERIAL E MÉTODOS

- ✓ Levantamento e análise dos dados obtidos a partir das entrevistas. Após o termino da análise, foi traçado um perfil social dos moradores e do ambiente onde residem, permitindo a proposição de um conjunto de estratégias para identificar e estabelecer contato.
- ✓ Aproximação com a União de Movimento de Moradia em Alagoas (UMM-AL) e contato com líderes comunitários.
- ✓ Visita aos conjuntos habitacionais, consulta com a população local e ao cadastramento feito no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.
- ✓ Produção audiovisual com os entrevistados, possibilitando aprofundar na discussão do artigo.



RESULTADOS

- ✓ Foi constatado que a mulher dentro da comunidade tem um papel muito maior do que cuidar financeiramente do lar e dos filhos.
- ✓ Após a realização das entrevistas, verificou-se que, depois da entrega das casas, os movimentos de moradia perdem a força dentro dos conjuntos. Os moradores se acomodam e vão viver suas vidas, gerando um enfraquecimento no papel da associação.
- ✓ O tráfico de drogas está instalado em todos os conjuntos, agindo através da falha do estado em garantir direitos básicos, as organizações criminosas se tornam o poder paralelo, controlando o espaço e as pessoas através do medo.
- ✓ Os espaços de uso comum estão degradados, os conjuntos habitacionais que possuem praças e espaços comuns, após poucos anos de sua construção, apresentam áreas deterioradas, com risco de acidentes. O calçamento precário acaba se tornando um transtorno na vida das pessoas, além da poeira que entra nas casas, causando doenças respiratórias e a presença de adoecimento por ausência de higiene básica.
- ✓ O papel do arquiteto na construção de habitação digna é incipiente. Foi constatado que não há acesso profissionais da construção civil por parte dos moradores de conjuntos habitacionais e os recursos financeiros para ampliação e reforma das residências são mal gastos. Eventualmente, com o apoio técnico de um profissional, a moradia poderia ser de melhor qualidade, menor custo e mais facilmente executada.

DISCUSSÃO

Através da luta política pela moradia e a pressão popular sobre o Estado, o direito à moradia é concedido em termos quantitativos, mas não na sua plenitude enquanto direito humano. O processo de construção de um conjunto habitacional envolve uma série de dificuldades que inclui o não acesso à terra próxima das centralidades, os recursos financeiros disponíveis que poderiam ser investidos na qualidade da construção é apropriado por empresas privadas, o não atendimento ao déficit habitacional através da oferta de produtos habitacionais que não atendem, em termos quantitativos, o público alvo, a localização, as necessidades da população etc.

Para Rolnik (2015) “É preciso entender a moradia como direito”, pois há uma transformação do direito à moradia num mecanismo de maximização de lucros. Se a construção da moradia de interesse social envolvesse terra bem localizada, realizada pelo setor produtivo social e cooperativo, com quantidade e qualidade apropriadas não haveria como lucrar na concessão deste direito. Nas áreas estudadas neste artigo verifica-se que a infraestrutura básica disposta no lote, no conjunto e na cidade é insuficiente para legitimar o direito à cidade.

CONCLUSÕES

O feito das famílias pobres brasileiras em conseguir uma moradia representa muito esforço, suor, sangue e lágrimas. A organização política em movimentos sem teto foi determinante para que muitas famílias conseguissem alcançar este primeiro degrau em busca do desenvolvimento familiar e de uma vida digna. Mas ainda está muito longe o direito à moradia na sua plenitude e ainda mais distante o direito à cidade. Como inicialmente pleiteado por Lefebvre, a busca pelo direito à cidade vem inspirando um grande número de ativistas nos últimos 50 anos.

A luta de novas formas de fazer valer o direito à cidade esbarra na dificuldade de sair de um planejamento subalterno às forças econômicas e políticas, dominantes para um planejamento que atenda aos interesses da coletividade, sobretudo daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, na periferia dos processos econômicos e políticos dominantes. O planejamento urbano mais do que servir ao capitalismo tem mesmo produzido pobreza (CAVALCANTI, 2017).



Vila Emater. Fonte: Evelinny Santos.



Conjunto Denisson Menezes. Fonte: Bairros de Maceió.



Conjunto. Cidade Sorriso I. Fonte: Google Earth.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, B. d. **Das ruas de Paris a Quito: o direito à cidade na nova agenda urbana Habitat III**. Revista de Direito da Cidade, 1214-1246, 2017.

AUYERO, Javier. **Patients of the State: The Politics of Waiting in Argentina**. Durham: Duke University Press, 2012.

AUYERO, Javier; BERTI, María Fernanda. In Harm's Way: **The Dynamics of Urban Violence**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

CAVALCANTI, Débora de Barros. **Fighting for a place in the city, Maceió**, Brasil. 2017 Geo Uerj, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/28310>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. New Left Review, 2008, p.89.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro editora, 2008. ROLNIK

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. BOITEMPO, 2015. 424 p.

ROY, A. **Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism**. International Journal of Urban and Regional Research, 35.2.

SOUZA, Jessé (2009). **A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive**. Belo Horizonte: UFMG.